

EXTENSÃO POPULAR E COMUNIDADES: RESISTÊNCIA À CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

Popular extension and communities: resistance to the criminalization of poverty

Isabelle Maria Mendes de Araújo¹, Rebecca Gomes Ferraz²,
Gêneses Anjos Nunes³, Maria José da Silva⁴

RESUMO

A partir da vivência na Comunidade Jardim Veneza, periferia de João Pessoa/PB, por meio do projeto de extensão universitária ENEC, sob o pilar da educação popular, garimpou-se um construto de mobilização popular em repúdio ao processo de criminalização da pobreza, que circunda as periferias da cidade. A criminalização dos movimentos populares é um aspecto orgânico da reprodução social do capitalismo, articula planos diversos que vão, desde a criminalização da pobreza e judicialização do protesto social até a repressão e a militarização, ciclo que repercute para o quadro crescente de morbidades decorrentes da violência. Os meios de comunicação cumprem um papel central na construção de uma subjetividade do medo e fomento da criminalização da pobreza, seja no aspecto do endurecimento do sistema penal ou da militarização de determinados bairros ou regiões. Diante de mais um ato de violência às classes populares, a comunidade Jardim Veneza se mobiliza em protesto, criando um fato social. O ENEC inserido na dinâmica da comunidade coloca-se no compromisso de fomentar as mobilizações populares, no diálogo com os sujeitos da comunidade e articulando setores sociais, como a Saúde e a Rádio Comunitária. Destaca-se, pois, a relevância da extensão popular na construção de resistências com as comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Participação Comunitária; Vulnerabilidade; Universidade.

ABSTRACT

From the experience in the Community Jardim Veneza, outskirts of João Pessoa / PB, through the university extension project ENEC, under the pillar of popular education, was developed one popular mobilization in repudiation of poverty criminalization process that surrounds the city outskirts. The criminalization of popular movements is an organic aspect of social reproduction of capitalism, articulating various plans ranging from criminalization of poverty and repression of social protest and militarization, cycle repercussions for the growing cadre of morbidities resulting from violence. The means communication has central role in building a subjectivity of fear and promoting the criminalization of poverty, whether in tightening aspect of the criminal justice system or the militarization of certain regions. Faced with another act of violence to the popular classes, the Jardim Veneza community is mobilized in protest creating a social fact. The ENEC inserted in the community dynamics, arises the commitment to foster the popular mobilizations, in dialogue with the subjects of the community and articulating sector social, such as the Health and Community Radio. Noteworthy is therefore the relevance of popular extension in building resistance to the communities.

KEYWORDS: Community Participation; Vulnerability; University.

¹ Doutoranda em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: isabellesaudelivre@hotmail.com.

² Médica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

³ Psicólogo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Ao delimitarmos um campo da extensão universitária, a Extensão Popular, damos um recorte da sua intencionalidade política e social.

Para Melo Neto,¹ ao se vislumbrar extensão como comunicação, permanece ausente o significado mesmo da extensão. A formulação de um conceito, a partir de um outro, como o de comunicação, leva a extensão a permanecer no vazio da indefinição, tornando-se o outro substantivo. A superação desse tipo de conceito exigirá que outros demonstrem a instauração do diálogo como pressuposto de suas realizações, dando prioridade às metodologias que incentivam a participação dos envolvidos nesses processos. Portanto, extensão também é expressão de relações processuais, contudo, não é essa relação em si mesma. Nessa perspectiva, a metodologia usualmente aplicada é a educação popular que se faz como marco teórico da extensão popular.

A educação popular, tendo como ponto de partida a realidade do oprimido, pode se tornar um agente importante nos processos de libertação do sujeito e da sociedade, propõe Melo Neto.¹ Na concepção de Brandão,² o popular vincula-se à classe e à liberdade ao mostrar que “o horizonte da educação popular não é o homem educado, é o homem convertido em classe. É o homem libertado”.

Nessa perspectiva, o pilar da educação popular se faz importante, a fim de problematizar as vulnerabilidades sociais e as opressões. Uma das dimensões das opressões sofridas atualmente é a criminalização dos movimentos populares e da pobreza. A partir da vivência na Comunidade Jardim Veneza, periferia de João Pessoa, através do ENEC – Estágio Nacional de Extensão Comunitária - extensão popular, garimpou-se um processo de mobilização popular em repúdio ao processo de criminalização da pobreza.

Quadro Teórico

Segundo Claudia Koroll,³ da Doutrina de Segurança Nacional, passou-se à Doutrina de Segurança Cidadã, ou à Doutrina de Segurança Democrática. A primeira perseguia preferencialmente os “subversivos”, ou seja, os que não aceitavam a “ordem” imposta pelas burguesias e pelo imperialismo para defender e reproduzir seu sistema. Hoje se perseguem “os criminosos”, entendendo por criminoso tanto um movimento social que se levanta para recuperar a terra, cuidar do território que habita, evitar a destruição da natureza, fazer produzir uma fábrica abandonada por seus patrões, como alguém que, empurrado violentamente ao desamparo, cata comida no lixo, ou pa-

pelão nas ruas para sobreviver penosamente.

A criminalização dos movimentos populares articula planos diversos que vão desde a criminalização da pobreza e judicialização do protesto social até a repressão política aberta e a militarização. Como consequência das políticas de exclusão social e de precarização de todos os planos da vida, se produzem novos fenômenos nas relações sociais.⁴

O medo “do outro” é um dos dados significativos “organizadores” dessas relações de desigualdade, desconfiança e diluição das solidariedades. A exclusão social faz com que se busque satisfazer as carências de modo imediato para garantir a sobrevivência, tanto em termos individuais como coletivos, gerando, no imaginário construído a partir da hegemonia cultural, a identificação das zonas de pobreza com territórios de crime.

Essas noções, que estimulam respostas conservadoras, são alimentadas pelos grandes meios de comunicação, que ativam deliberadamente os mecanismos de terror para levantar as exigências de “segurança”, que significam, em última instância, garantias para os direitos do capital. A ruptura de identidades leva a entender a pobreza, a marginalidade, a miséria do outro como ameaça e a carregar esses sentimentos de conteúdo racista, xenófobo, violento, repressivo e autoritário.⁵

Os meios de comunicação cumprem um papel central na construção de uma subjetividade do medo. Algumas das modalidades da criminalização da pobreza são o gatilho fácil, o aniquilamento das populações pobres, a discriminação no sistema penal e a militarização de determinados bairros ou regiões. Todos atuam como dispositivos de disciplinamento, sem outros critérios, além do castigo à miséria e a violência constante como única face da lei.⁴

As corporações de mídia são as principais responsáveis pela criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. A mídia alcança um poder desmedido e destrutivo no Brasil, basicamente por dois motivos: a brutal concentração dos veículos de comunicação de massa nas mãos da direita e o avanço das tecnologias da informação, o que permite que sua mensagem alcance praticamente a totalidade da população.⁴

Cecília Coimbra⁵ pontua que o conceito de “classes perigosas” aparece em 1857, na Europa, num livro do Morel chamado “Teoria da Degenerescência”. É a primeira vez que se usa esse termo e Morel diz que na sociedade existe uma variedade de “espécies” perigosas. Daí por diante, esse pensamento veio se alastrando. De modo que a imprensa contribui na construção desse pensamento naturalizando isso, a essência. *A imprensa ajuda quando não cessa de repetir que o pobre, se ainda não é perigoso, vai se tornar. Quando produz o terror e o inimigo: o negro, o pobre. Milton Santos dizia que, nesse processo, não só caracteriza como perigosos os segmentos*

pobres da população, mas também os territórios que eles habitam. São territórios perigosos, como as favelas. Então, a sociedade passa a achar que isso é natural.^{5,45}

Salles⁴ esclarece que os movimentos sociais são igualmente reprimidos pela imprensa hegemônica. Como esses grupos, querem transformar a realidade, os porta-vozes dos que lucram com o atual estado de coisas vociferam – e distorcem e mentem.

Há um fio contínuo entre as políticas de criminalização da pobreza, a judicialização do protesto social e a criminalização dos movimentos sociais. O enquadramento dos excluídos como ameaça e de suas ações como delitos interferem na representação simbólica que considerava o lutador social um militante solidário, justiceiro.

Continuando suas reflexões acerca da criminalização da pobreza, Cecília Coimbra,^{5,50} declara: *Eu acho que nada melhor do que voltar para Karl Marx, que dizia que miséria e capital se complementam. Não existem duas cidades partidas. O capital precisa da miséria e a miséria é efeito do capital. A cidade se integra e é uma só, onde o capital produz os explorados que, juntos, precisam se insurgir contra o capital.*

Nesse processo, a construção teórica no campo da Universidade evidencia correntes de resistência que se colocam na contra-hegemonia do fazer e do pensar. Uma delas é a necessidade de uma formulação teórico-conceitual e a práxis da extensão universitária. Nessa perspectiva, a extensão popular se concebe. Destaca-se, na América Latina, o movimento de Córdoba, de 1918, na relação da extensão com os movimentos sociais.

A extensão popular entendida enquanto trabalho social útil:^{1,76}

O primeiro aspecto que pode constituir uma nova formulação conceitual de extensão é situá-lo como um trabalho. Em sendo extensão um trabalho, pressupõe-se que a sua ação resultante seja uma ação deliberada, criando um produto. Este produto se chama transformação. Ora, é o trabalho expresso como outro conhecimento que se presta à transformação. É constituído, a partir da realidade humana, e só com ela é possível criar-se um mundo, também, mais humano.

Experiência

A extensão popular – ENEC – inserida nos processos e dinâmicas das comunidades, se coloca no compromisso de fomentar as mobilizações populares, dialogando com os sujeitos da comunidade os fatos concretos de sua realidade, refletindo as relações sociais contraditórias existentes no modelo de sociedade que oprime, reprime.

Constrói-se também práticas resistências, seja em protestos, marchas, ou diálogos, enfim, expressando repúdio – “vozes dos de baixo” – aos atos da criminalização da pobreza, por exemplo.

Concretamente, a mídia criminaliza e a polícia cumpre seu papel como Estado de opressão da classe trabalhadora. Mais um fato ocorreu na comunidade Jardim Veneza em tal dimensão, um jovem trabalhador assassinado sem motivos pela polícia e a mídia sentenciando o fato: “mais um bandido morre na periferia”. Este jovem, trabalhador, articulador da rádio comunitária, ao retornar do trabalho foi assassinado em uma ação desmedida da polícia, que o confundiu com um assaltante. Diante de mais um ato de criminalização da pobreza, a comunidade se mobiliza em protesto, criando um fato social. Construimos oficinas na unidade básica de saúde e na rádio comunitária sobre a violência na periferia, fomentando a organização comunitária, que exigiu a reparação da mídia (família da vítima expôs o caso), emergindo da naturalização/passividade a ação de contestação da violência. Realizou-se, também, uma marcha pela paz com o intuito de problematizar com os moradores da comunidade processos que feriram a dignidade humana. Ressalta-se o papel aglutinador do espaço das unidades de saúde e dos agentes comunitários de saúde⁶ que no seu fazer dialogaram com a comunidade sobre a relação da violência e os impactos à saúde

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacando a importância da extensão popular na construção de resistências com as comunidades, seja em repúdio ou em ato às contradições da sociedade de classes; refletimos sobre essa vivência/experiência questionando o real papel da Universidade em relação às opressões que sofrem as classes populares, seu posicionamento, sua produção teórica, principalmente sua intervenção.

REFERÊNCIAS

1. Melo Neto JF. Extensão Popular. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; 2006.
2. Brandão CR. A cultura do povo e a educação popular. In: A questão política da educação popular. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense; 1980.
3. Koroll C. Criminalização dos movimentos sociais na América Latina. In: Seminário Criminalização da pobreza e dos movimentos sociais na América Latina – realizado pelo Instituto Rosa Luxemburgo e pela Rede Social de Direitos Humanos do Brasil, entre os dias 18 e 20 de junho

de 2008, na Escola Nacional Florestan Fernandes.

4. Salles M. Comunicação e controle social. CLASSE – Revista da Associação dos Docentes da UFF. 2008; 15(2):34-40.

5. Coimbra C. Violência, mídia e criminalização da pobreza. Entrevista: CLASSE – Revista da Associação dos Docentes da UFF. 2008; 22(1):45-56.

6. Vasconcelos EM. Educação Popular e a atenção à saúde da família. São Paulo: Hucitec/Ministério da Saúde; 1999.

Submissão: junho de 2015

Aprovação: dezembro de 2015
